

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO PREVI-RIO

ATA SUMÁRIA DA 123ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 21 de novembro de 2017, às 15h, na sala de reuniões do 13º andar, Rua Afonso Cavalcanti, 455 – CASS – Cidade Nova, nesta cidade.
2. ORDEM DO DIA: 1. Apreciação da Ata Sumária da 122ª Sessão Ordinária do CAD; 2. Deliberação acerca das Diretrizes Gerais de Gestão, Investimento e Alocação de Recursos do FUNPREVI e das do PREVI-RIO para 2018 e do Plano de Aplicação de Recursos do FUNPREVI e do PREVI-RIO para 2018; 3. Deliberação sobre a Política de Investimentos do FUNPREVI para 2018; 4. Deliberação sobre Auditoria Externa. 5. Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES: A sessão foi presidida pelo Exmo. Senhor Ailton Cardoso da Silva - Responsável pelo Expediente da Secretaria Municipal da Casa Civil – Suplente do Prefeito. Aberta a sessão, o Conselheiro Bruno de Oliveira Louro, Presidente do PREVI-RIO, em cumprimento ao item 1 da pauta, registrou que os membros do CAD haviam recebido a minuta da Ata Sumária da 122ª Sessão Ordinária via e-mail, em 18/11/2017, perguntou se os Conselheiros concordavam com os textos, e, após aprovação de todos os presentes com relação às ressalvas apresentadas pelo Conselheiro Jorge Paulo Magdaleno Filho na redação, aprovaram a ata e rubricaram-na. Com relação aos itens 2 e 3 da pauta, o Presidente do PREVI-RIO iniciou explicando que os dois itens serão apresentados juntos por tratarem de assuntos correlatos, e solicitou que o Diretor de Investimentos do PREVI-RIO, Marcus Vinicius Belarmino de Souza, iniciasse a apresentação. Para fins de apreciação, os textos que compõem as Diretrizes Gerais de Gestão, Investimento e Alocação de Recursos do FUNPREVI e do PREVI-RIO para 2018; o Plano de Aplicação de Recursos do FUNPREVI e do PREVI-RIO para 2018 e a Política de Investimentos do FUNPREVI para 2018 foram distribuídos aos Conselheiros do CAD. O Diretor de Investimentos do PREVI-RIO teceu comentários de forma pormenorizada sobre os textos em apreciação, ressaltando já terem sido aprovados nas 110ª e 111ª Reuniões Ordinárias do Comitê de Investimentos do PREVI-RIO, em cumprimento às exigências da Resolução CMN nº 4.604/2017, que alterou a Resolução CMN nº 3.922/2010. Em sua apresentação sobre o cenário político e econômico, o Diretor de Investimentos do PREVI-RIO ressaltou a importância do reequilíbrio patrimonial do Fundo de Investimentos. Explicou não haver mudança substancial para o PREVI-RIO com relação ao ano de 2017, mas sim um ajuste no percentual de aplicação em imóveis de 50% para 100%. O Conselheiro Jorge Paulo Magdaleno Filho questionou a ausência de política mais explícita sobre imóveis e sobre reservas para o ano de 2018, ao que foi respondido pelo Presidente do PREVI-RIO que o Grupo de Estudo, cujo trabalho está em andamento, tratará sobre o reequilíbrio atuarial e financeiro do FUNPREVI e do PREVI-RIO. O Conselheiro Alberto Balassiano registrou sua constatação sobre o fato do cenário econômico atual desfavorável, com juros altíssimo que não permitem a projeção de uma política de investimentos saudável. Após os devidos esclarecimentos e uma breve discussão acerca do tema, os itens 2 e 3 foram votados, tendo sido o do FUNPREVI aprovado por 5 votos a favor e 4 contra, sendo estes últimos dos Conselheiros Eleitos. O Conselheiro Jorge Paulo Magdaleno Filho solicitou que os itens 2 e 3 referente ao PREVI-RIO fossem aprovados com a ressalva da prorrogação da decisão sobre a Creche para 2019, o que não foi aprovado para ser deliberado. O Conselheiro Ailton Cardoso da Silva ponderou que o assunto Creche foi objeto de deliberação pelo Conselho com a decisão pela transferência da Creche para a Rede Municipal de Educação, e que parece ser mais razoável ser tratado em outra reunião com preparação prévia de todos, dado que, em tese, o assunto parece ser matéria vencida. Diante da informação dada pela Conselheira Fátima das Graças Lima Barros de que a Creche não consta na lista das opções para as matrículas da rede municipal de ensino para 2018, o Conselheiro Jorge Paulo Magdaleno Filho solicitou que fosse firmada uma data para uma sessão extraordinária do CAD a fim de tratar da possível prorrogação

para 2019 da aplicação da decisão do Conselho em relação à Creche. O Conselheiro Ailton Cardoso da Silva asseverou que esse tema poderia ser discutido posteriormente, tendo em vista o que foi aceito, mas a data não foi marcada tendo em vista a Secretaria Municipal de Educação ainda não ter se manifestado a cerca do ofício enviado pelo PREVI-RIO sobre o tema. Ato contínuo, os itens 2 e 3 relativos ao PREVI-RIO foram aprovados por unanimidade, com a solicitação de ressalva por parte dos Conselheiros Jorge Paulo Magdaleno Filho e Leandro Ribeiro Campos acerca do pedido de sessão extraordinária para tratar sobre a Creche. Dado início ao item 4, o Presidente do PREVI-RIO solicitou que era importante que os Conselheiros eleitos esclarecessem se a proposta solicitada por eles era para a contratação de auditoria externa global (financeira, atuarial e contábil), ou somente atuarial. O Presidente do PREVI-RIO aproveitou para citar que, conforme inciso VIII do art. 15 da Lei 3.344/2011, compete privativamente ao CAD determinar a realização de auditoria atuarial externa. O Conselheiro Alberto Balassiano explicou que a iniciativa em solicitar esta auditoria externa tinha o objetivo de esclarecer a situação atual através de um levantamento do que ocorreu nos últimos anos no âmbito atuarial e financeiro. O Presidente do PREVI-RIO entendeu que o levantamento proposto deve ser realizado desde 2002. O Conselheiro Jorge Paulo Magdaleno manifestou-se dizendo que uma auditoria de 17 anos não funciona, portanto propôs que o levantamento fosse feito a partir de 2011. O Conselheiro Alberto Balassiano ponderou dizendo não importar qual foi o governo, o que importa mesmo é entender o que os gestores das épocas fizeram para resultar na atual situação, e que, com relação à retroatividade do levantamento, comprometeu-se em discutir com os representantes das entidades e associações para definirem isso. O Conselheiro Ailton Cardoso da Silva mencionou que a consulta às associações parece ser uma atitude razoável para que o pedido da consulta seja afinado que permitirá uma avaliação igualmente afinada. A convidada Maria da Penha Coutinho Veiga, Auditora Geral do Município, iniciou sua fala explicando que é normal surgir um pouco de confusão quando se fala sobre auditoria, quando se questiona sobre o que esperar de um trabalho de auditoria. Explicou que o trabalho de auditoria visa dar veracidade aos fatos analisados, e, em nenhum momento, busca identificar os culpados, que não é esse o propósito básico. Existem dois tipos de auditoria, a interna e a externa, que é a que os Conselheiros eleitos estão propondo contratar. A interna que é realizada no PREVI-RIO pela Auditora Ednalva Maria Mariano Consuli há 2 anos. A auditoria no PREVI-RIO tem um papel muito claro, é a terceira na linha de gestão de risco, ou seja, está presente para dar suporte e apoio ao gestor, realizando o trabalho com independência. Pelo menos uma vez a cada ano é realizada análise nas demonstrações contábeis do PREVI-RIO, FUNPREVI e FASS, no sentido de verificar se aqueles dados não apresentam nenhuma distorção relevante, e a auditoria tem apontado ressalvas relevantes, sendo o seu trabalho reportado à alta administração da Entidade. Neste ano, quando foi recomposta a equipe de auditoria interna do PREVI-RIO, foi proposto um plano para trabalhar mais a questão operacional, estando no momento se executando trabalhos sobre Taxa de Administração; Contribuições Previdenciárias; Alienação de Imóveis do FUNPREVI; e Avaliação Atuarial. A convidada explicou que apresentou todos estes detalhes para mostrar que a situação atual não está despercebida do controle interno, e não é só a CGM que está atuando, pois em 2016 o Tribunal de Contas do Município gerou um relatório com todos os detalhes históricos trazendo informações relevantes, tanto que resultou na instauração de uma CPI. Informou, ainda, que os Votos do TCM resultantes de todo este estudo pormenorizado demonstram que houve um estudo bem aprofundado, o que sugere que houve um debate sobre o tema. Concluindo sua explanação, a convidada ponderou sobre o que uma auditoria externa poderia trazer de novidade ou relevante, e qual o valor da despesa para esta contratação. O Conselheiro Jorge Paulo Magdaleno Filho solicitou acesso aos relatórios da auditoria interna citados pela convidada, e mencionou que, após as definições que serão acertadas em conjunto com os representantes das associações, acredita que uma auditoria externa atuarial seja o melhor a ser solicitado, pois irá apontar cenários que indicarão, por exemplo, se a parte patronal foi corretamente aplicada ou não. A convidada Ednalva Maria Mariano Consuli informou que o Relatório Atuarial prévio de 2016 enviado pela Caixa Econômica Federal apresenta um estudo com

projeções para 30 anos, e perguntou aos Conselheiros Eleitos se eles tinham acesso aos relatórios do TCM, pois neles encontram-se os estudos acerca das informações pleiteadas na presente sessão. Os Conselheiros confirmaram ter acesso somente aos do TCM e não aos da CGM, ao que prontamente a convidada informou que iria disponibilizar ao CAD, acrescentando que os relatórios de ambos os órgãos se complementam. O Presidente do PREVI-RIO acrescentou que o Presidente da gestão anterior havia informalmente orçado o serviço de auditoria externa atuarial em um milhão e meio de reais. Ficou definido que a deliberação sobre o tema será realizada em outra sessão do CAD. Com relação ao que se refere à avaliação atuarial, a Diretora de Administração e Finanças do PREVI-RIO, Fernanda Nunes Leiroz, solicitou a palavra para acrescentar que a atual gestão do PREVI-RIO, depois de dois anos sem avaliação atuarial, conseguiu o relatório, o mesmo já está homologado com a colaboração do TCM e o PREVI-RIO está aguardando a CEF formatar os detalhes finais; acrescentou, também, que o TCM faz inspeção específica no FUNPREVI duas vezes ao ano, pelo menos, e fará uma inspeção específica na avaliação atuarial, e com a Coordenadoria de Estudos Atuariais criada na nova gestão do PREVI-RIO já solicitou à CEF a nova avaliação atuarial e novos cenários. No item 5 foi aprovado o calendário para as sessões ordinárias do CAD para o ano de 2018. O Presidente do PREVI-RIO agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão.

3. **RELAÇÃO DOS PRESENTES:** Ailton Cardoso da Silva - Responsável pelo Expediente da Secretaria Municipal da Casa Civil – Suplente do Prefeito; Bruno de Oliveira Louro – Presidente do PREVI-RIO; Mauro Barata Soares de Figueiredo – Suplente da Secretária Municipal de Fazenda; Antonio Carlos de Sá – Procurador Geral do Município; Paulo Albino Santos Soares – Subsecretário de Serviços Compartilhados; Leandro Ribeiro Campos – 1º Eleito; Fátima das Graças Lima Barros – 2º Eleito; Alberto Balassiano – 3º Eleito; Jorge Paulo Magdaleno Filho – 4º Eleito.

RELAÇÃO DE CONVIDADOS: Fábio Luiz Lopes Ferreira – Chefe de Gabinete do PREVI-RIO; Fernanda Nunes Leiroz - Diretora de Administração e Finanças do PREVI-RIO; José Paulo Carralas Grelo – Diretor de Previdência e Assistência do PREVI-RIO; Fernando Barbosa Marcondes de Carvalho – Diretor Jurídico do PREVI-RIO; Maria da Penha Coutinho Veiga – Auditora Geral da Controladoria Geral do Município; Ednalva Maria Mariano Consuli - Auditora Interna do PREVI-RIO; Maria Fernanda Marques Lima - Gerente de Ativos Mobiliários da Diretoria de Investimentos do PREVI-RIO.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO PREVI-RIO
CALENDÁRIO 2018**

125ª Sessão Ordinária	16/01/2018
126ª Sessão Ordinária	20/02/2018
127ª Sessão Ordinária	20/03/2018
128ª Sessão Ordinária	17/04/2018
129ª Sessão Ordinária	22/05/2018
130ª Sessão Ordinária	19/06/2018
131ª Sessão Ordinária	17/07/2018
132ª Sessão Ordinária	21/08/2018
133ª Sessão Ordinária	18/09/2018
134ª Sessão Ordinária	16/10/2018
135ª Sessão Ordinária	21/11/2018
136ª Sessão Ordinária	18/12/2018